

**TRABALHADORES INDUSTRIAIS E TERCIÁRIOS NA REGIÃO
METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE ENTRE OS ANOS DE 2012 E 2017**

**SECONDARY AND TERTIARY WORKERS IN THE METROPOLITAN REGION
OF PORTO ALEGRE BETWEEN 2012 AND 2017**

Bianca Reis RAMOS¹

Resumo: Este artigo tem o objetivo de analisar a evolução dos trabalhadores do setor industrial e terciário na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) entre os anos de 2012 e 2017, demonstrando as mudanças e permanências do perfil dessas duas classes de ocupação, assim como as oscilações econômicas e consequências que marcaram esta década. Para isso, foram utilizados dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) através de Categorias Sócio-ocupacionais (CAT's) elaborada pelo INCT Observatório das Metrôpoles. Entre 2012 e 2017 a taxa de crescimento dos trabalhadores do secundário foi negativa (-16%) ao passo que os trabalhadores do terciário especializado cresceram em uma taxa de 10%. Além da evolução do número de trabalhadores em cada categoria e subcategoria, também foi analisado o nível de escolaridade, a situação de seguridade social e a renda média anual desses trabalhadores no citado período.

Palavras-Chaves: Estrutura social; Trabalhadores terciários; Operários; Neodesenvolvimentismo.

Abstract: This article aims to analyze the evolution of workers in the industrial and tertiary sector of the Metropolitan Region of Porto Alegre through the years of 2012 to 2017, demonstrating not only the changes but the immutability of these two occupational classes' profile, as well as the economical oscillations that occurred during that decade. For this purpose, data from the National Sample by Continuous Household Survey, with the Social-Professional Categories prepared by the Metropolises Observatory, was used. From 2012 to 2017, the growth rate for secondary workers was negative (-16%), while skilled tertiary workers grew in the rate of 10%. In addition to the evolution of the number of workers in each category and subcategory, we also analyzed the educational level, the social security situation and the income of these workers on that same period.

Keywords: Social structure; Tertiary workers; Workers; Neo-developmentalism.

Introdução

A década de 1980, conhecida como a década perdida foi marcada por um período de crise econômica, alta dívida externa, hiperinflação, expansão do desemprego, desigualdade social e violência na América Latina. E não foi diferente para o Brasil. A partir de 1990 iniciou-se o processo de abertura econômica e a sinalização de uma política neoliberal no país. A gestão de Fernando Henrique Cardoso foi marcada pela implantação do Plano Real (enquanto ministro da Fazenda de Itamar Franco em 1994) que teve o objetivo de estabilizar a inflação no país. No ano posterior Fernando Henrique assumiu a presidência e intensificou o

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRGS. Bolsista CNPq-Brasil. Pesquisadora do Núcleo Porto Alegre do Observatório das Metrôpoles. E-mail:biancareis.geografia@gmail.com

ritmo de privatizações e manteve os juros altos com o objetivo de combater a inflação da época e atrair capital internacional para o mercado brasileiro. De fato, ocorreu maior estabilização da inflação (LACERDA, 2018), mas a estratégia de elevação de juros não funcionou para agregar valor e investimentos no país, uma vez que os juros altos aumentaram a circulação de capital especulativo e beneficiou apenas investidores e bancos, aumentando a desigualdade social no país.

A década de 2000 foi marcada pela retomada de desenvolvimento e investimentos públicos pelo país em diversos setores da sociedade. Em 2003 iniciava a gestão do Partido dos Trabalhadores e de Luiz Inácio Lula da Silva na presidência. Podemos destacar diversas iniciativas como Bolsa Família, Fome zero, PAC, valorização das commodities e circunstâncias favoráveis para o país frente à conjuntura internacional. Os anos entre 2006 e 2010 foram considerados o período do “Milagrinho” (CARVALHO, 2018).

Em 2011, Dilma Rousseff assumiu o seu primeiro mandato na presidência, com a incumbência de dar continuidade ao ritmo de desenvolvimento e diminuição das desigualdades, adotando uma política neodesenvolvimentista (BOITO JR, 2017, LACERDA, 2018, SINGER, 2015), em um conjunto de medidas batizado como Nova Matriz Econômica. Em meio à uma crise econômica internacional, falta de apoio no congresso e pelas ofensivas ao governo por parte das elites, classes abastadas e empresariado (ofensiva neoliberal devido às estratégias políticas que deixavam de favorecer os rentistas), denúncias de corrupção e apoio da mídia (BOITO JR, 2017), a presidente foi acusada de crime de responsabilidade fiscal. Dilma foi afastada do cargo em maio de 2016 e seu vice, Michel Temer assume como presidente interino enquanto ocorre o julgamento do seu impeachment. Com o afastamento definitivo de Dilma, em agosto de 2016 Michel Temer é empossado Presidente até o final do mandato, em 2018.

Este breve resumo sobre o contexto político das últimas décadas evidencia uma diversidade de estratégias políticas e econômicas que foram aplicadas no país e as formas distintas como cada gestão atuou (ou não) no combate às crises econômicas internacionais e às demandas nacionais por desenvolvimento, geração de empregos e diminuição das desigualdades. A estrutura do mercado de trabalho é influenciada diretamente pela situação econômica do país e pelas estratégias de desenvolvimento promovidas pelo Estado, ao passo que as tomadas de decisões políticas influenciam em toda a cadeia produtiva de um país, fomentando ou despromovendo setores de emprego.

Este artigo tem o objetivo de realizar um paralelo entre a evolução dos trabalhadores do setor industrial e terciário na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) e as mudanças políticas e econômicas entre os anos de 2012 e 2017, demonstrando as mudanças e permanências do perfil dos trabalhadores destas duas categorias, oscilações econômicas e consequências que marcaram esta década. Para isso, foram utilizados dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) classificadas conforme metodologia de análise da estrutura social elaborada pelo INCT Observatório das Metrôpoles (RIBEIRO; LAGO, 2000, RIBEIRO; RIBEIRO; COSTA, 2013). Essa metodologia proposta por esses autores trata-se de uma classificação que agrupou a população ocupada em categorias sócio-ocupacionais. A classificação é composta por 8 categorias principais e 24 subcategorias. Neste artigo, focaremos apenas nas categorias dos trabalhadores do Secundário e do Terciário. Este artigo tem o objetivo de analisar apenas duas categorias (Trabalhadores do Setor Secundário e Trabalhadores do Terciário Especializado) e suas subcategorias correspondentes.

O texto está estruturado em três partes, onde na primeira serão discutidas as diversas situações econômicas e políticas que fizeram o país oscilar entre desenvolvimento e crise, na segunda parte trataremos mais especificamente da estrutura das ocupações do setor industrial e terciário na RMPA, e por fim, serão tecidas as considerações finais.

O panorama de duas décadas

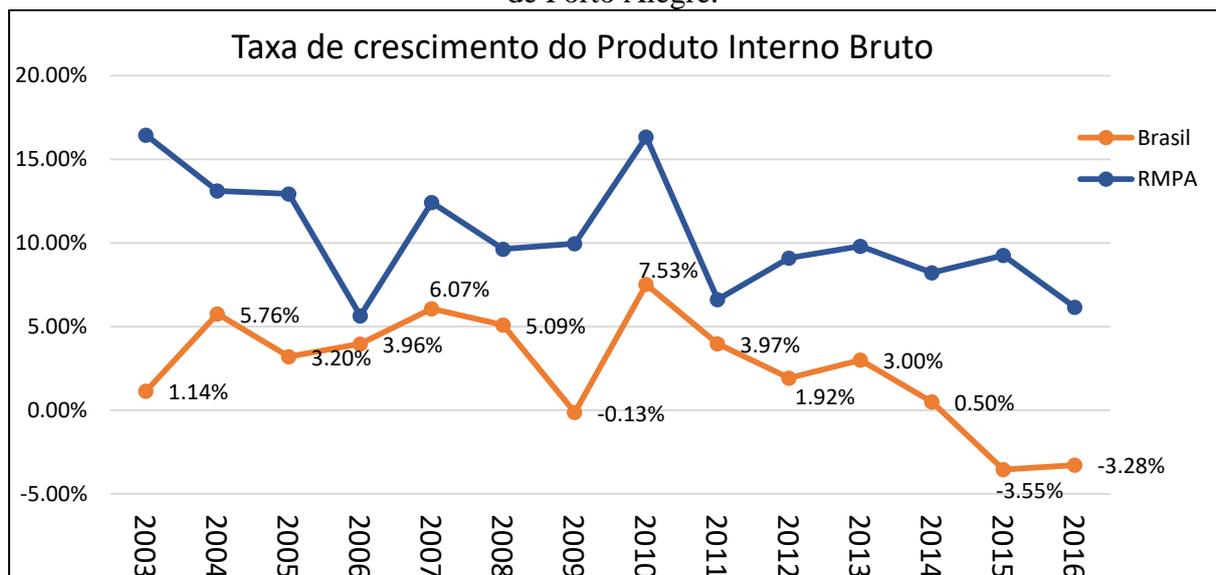
Após a democratização, o ensaio neoliberal que perdurou todos os anos de 1990, por um lado buscou a estabilização da moeda, e por outro sucateou a economia interna e as condições de vida do trabalhador brasileiro. Em 2000 foi eleito um candidato progressista para a presidência, cuja política econômica ficou caracterizada por um modelo híbrido de desenvolvimento interno, com a retomada do papel do Estado e com a manutenção dos parâmetros macroeconômicos neoliberais a partir do regime de metas, câmbio flutuante e superávit primário (MAMMARELLA et al., 2015)

Na prática, a gestão de Luiz Inácio Lula da Silva afetou principalmente a base da pirâmide social, com distribuição de renda a partir de investimentos públicos que aqueceram a economia interna, programas de geração de emprego, valorização do salário mínimo e incentivo ao consumo (SOARES; FEDOZZI, 2015). Além disso, destacamos o investimento

na educação, na melhoria das condições das universidades e no acesso das classes populares ao ensino superior, tanto em universidades federais quanto nas universidades privadas, através de programas de financiamento estudantil e bolsas de estudos. Podemos citar alguns programas principais de investimento público como o Bolsa Família (no ano de 2003), Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em 2007, Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) em 2009, Programa Universidade para Todos (Prouni) em 2005, e outros. Ao mesmo tempo, beneficiou o topo da pirâmide com a transferência de recursos do Tesouro Nacional para credores da dívida pública e incentivos fiscais para empresas.

Na Figura 1 podemos observar a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) ao longo dos anos. Os investimentos em infraestrutura, indústria, comércio e os programas de distribuição de renda contribuíram para o bom desempenho do primeiro mandato de Lula até o ano de 2007.

Figura 1- Taxa de crescimento do Produto Interno Bruto no Brasil e na Região Metropolitana de Porto Alegre.



Fonte: Fundação de Economia e Estatística (diversos anos) e Banco Central Do Brasil (diversos anos).

Em 2008 ocorreu uma crise econômica internacional, que foi rapidamente contornada devidos às políticas anticíclicas de incentivo ao consumo e investimento público, o que fez com que o PIB tivesse um decréscimo de quase 1%. Ainda que tenha ocorrido uma queda brusca no crescimento do PIB no ano de 2009, esta foi rapidamente contornada no ano de 2010, que registrou o maior crescimento da gestão de Lula.

Ocorreu uma expansão de setores que demandavam mão de obra menos qualificada devido às políticas de distribuição de renda como Bolsa Família, a valorização do salário

mínimo, que fez aumentar o consumo de camadas da população brasileira que antes não tinha condições de consumir certos produtos e serviços, como restaurantes, salões de beleza, construção civil etc. Esses setores empregaram trabalhadores com menor nível de escolaridade, e distribuiu empregos e salários para a base da pirâmide social. O aumento nos salários das ocupações de menor qualificação, promoveu o aumento no consumo de mais famílias e deu maior dinamismo ao mercado interno e ao mercado de trabalho (CARVALHO, 2018).

No ano de 2011 Dilma Rousseff assume a presidência, com a missão de dar continuidade ao desenvolvimento adquirido ao longo dos anos 2000. Para isso, apostou na política neodesenvolvimentista e no pacote de medidas batizado como Nova Matriz Econômica. Essa política visou a prática de juros baixos, desvalorização do real para tornar a taxa de câmbio competitiva e incentivar a indústria nacional, e desoneração dos investimentos e da produção (HOLLAND apud CARVALHO, 2018). Nos primeiros anos de sua gestão tudo ocorreu conforme o plano: estímulo ao crescimento, redução da taxa Selic, pressão nos bancos para reduzir os spreads, a desvalorização do real, a ampliação do conteúdo local, isenções e desonerações fiscais para o capital produtivo, conforme Boito Jr. (2017). Enfim, medidas para investir na indústria nacional, aumentando o investimento público e estimulando o crédito e o financiamento com propostas em diversos setores. Dilma atende todas as demandas dos empresários do setor industrial para que pudessem competir com a indústria estrangeira, reduzindo a taxa de juros, desvalorizando o real e com subsídios para empresas, através de desonerações tributárias, controle de tarifas energéticas e crédito a juros mais baixos (CARVALHO, 2018)

Em 2011 podemos destacar o início da segunda parte do Programa de Aceleração do Crescimento 2 (PAC 2) e o lançamento do Plano Brasil Maior, voltado à indústria nacional. Os investimentos em micro, pequenas empresas e pessoas físicas foram superiores aos registrados nos anos de 2009 e 2010 (16,6 bilhões em 2009, 32 bilhões em 2010, e 35,8 bilhões em 2011) (BNDES, diversos anos). Em 2014 pôde-se observar investimentos em infraestrutura na construção de rodovias, ferrovias, obras em portos, aeroportos e parques eólicos. Também é importante destacar que neste ano ocorreram investimentos do governo federal em obras de mobilidade urbana para a Copa do Mundo. Conforme o relatório elaborado pelo governo federal no mês de junho, o PAC 2 (2011-2014) havia concluído 95,5% das ações previstas (PAC, 2014).

A política de conteúdo local no setor naval e na exploração de petróleo reforçou o compromisso da presidente com o desenvolvimento industrial nacional. O auge das contratações em estaleiros no Rio Grande do Sul foi no ano de 2013, com decréscimo nos anos posteriores. Isso porque nos primeiros anos do mandato de Dilma o barril do petróleo estava valorizado, mas a partir de 2014 o preço do barril do petróleo sofreu desvalorização, sendo negociado por menos de 50 dólares², chegando no patamar de cerca de 30 dólares em 2016³.

O número de empregados do setor de construção naval começou a diminuir consideravelmente no ano de 2015⁴, devido a redução da meta de produção de petróleo, da diminuição na demanda por plataformas e pela dificuldade de acesso a financiamentos, devido à queda no grau de investimento do país naquele ano. Este processo de corte em custos, demissões e diminuição da produção vinha impactando petroleiras em outros países também, em razão da queda considerável no preço do petróleo em 2014⁵. O ano de 2014 começava a dar indícios de que o crescimento econômico iria desacelerar.

A política de redução de juros, em algum momento passou a desagradar os rentistas, uma vez que seus investimentos seguros já não eram tão rentáveis como alguns anos atrás (Figura 2). Denúncias sobre uma suposta alta perigosa da inflação devido às secas, ataques às estatais e questionamentos sobre o papel do Estado na economia passaram a figurar na grande mídia, formando uma frente de oposição ao governo em busca do apoio das demais frações da sociedade (BOITO JR, 2017).

Para Souza (2019) a situação de endividamento e de restrição financeira da população de classe mais baixa é causada pelo mecanismo de captação de recursos da Dívida Pública que promove um saque rentista, através da transferência de renda por meio dos juros dos investimentos, repassando todo o ônus à maioria da população brasileira em detrimento de meia dúzia de bancos e investidores bilionários. Ou seja, a classe financeira é o real problema para o desenvolvimento do país uma vez que ela tem o controle do orçamento público. Hoje, a indústria, o comércio, o agronegócio estão envolvidos nas operações de especulação

² Entenda a queda do preço do petróleo e seus efeitos. G1 Economia. 16 jan. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/01/entenda-queda-do-preco-do-petroleo-e-seus-efeitos.html>.

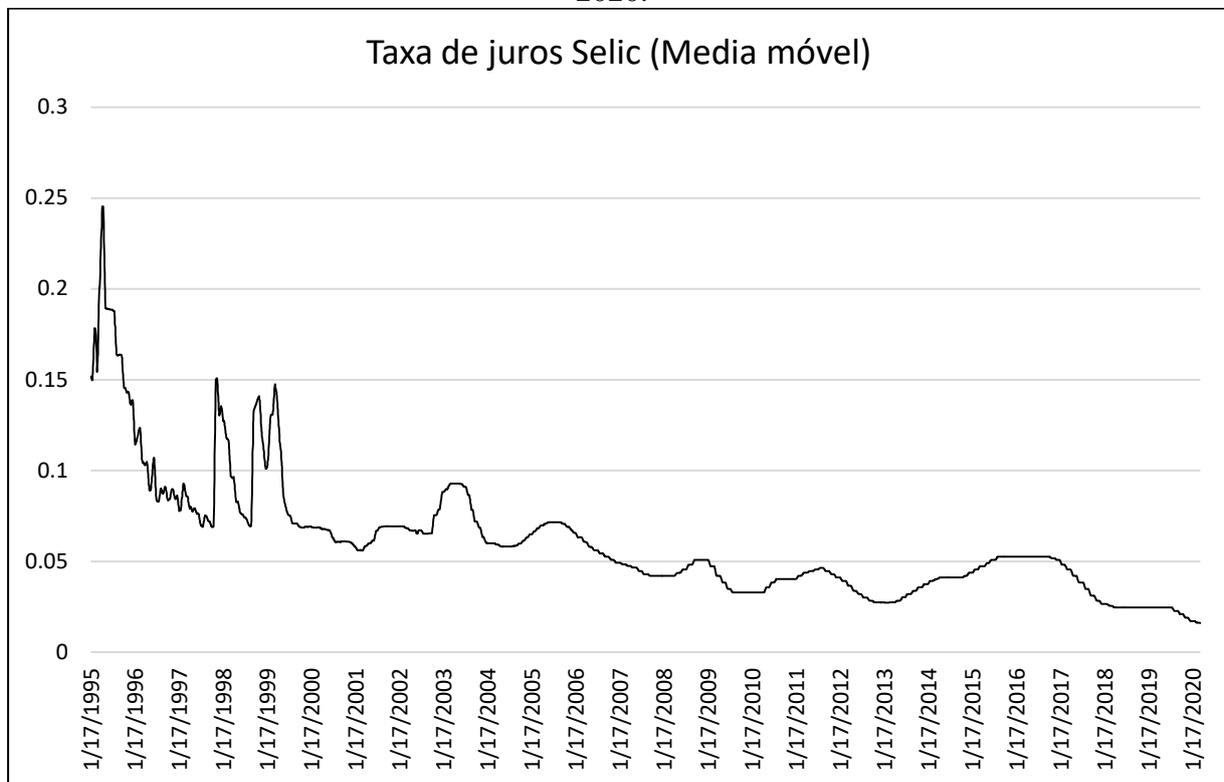
³ Petróleo Brent cai abaixo de US\$ 30 pela 1ª vez desde 2004. G1 Economia. 13 jan. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/mercados/noticia/2016/01/petroleo-brent-cai-abaixo-de-us-30-pela-1-vez-desde-2004.html>.

⁴ SINAVAL. Empregos nos estaleiros brasileiros. Disponível em: <http://sinaval.org.br/empregos/>.

⁵ SINAVAL. Petroleiras em todo mundo cortam custos e afetam rede de fornecedores. Disponível em: <http://sinaval.org.br/2015/07/petroleiras-em-todo-mundo-cortam-custos-e-afetam-rede-de-fornecedores/>. 10 jul. 2015.

financeira, e exatamente por isso os rentistas possuem esse poder de intervenção nas políticas econômicas de um país.

Figura 2- Média móvel da taxa de juros Selic praticada no Brasil entre os anos de 1995 e 2020.



Fonte: Banco Central do Brasil, diversos anos.

Souza (2019) considera uma falácia o aumento das taxas de juros para o controle da inflação, uma vez que os componentes principais do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) não oscilam abruptamente e por isso não possuem tanto impacto na taxa de juros. Lacerda (2018) também critica o mecanismo da Dívida Pública e Assis (2018) critica a forma de cálculo da inflação e sugere que seria mais efetivo mirar no núcleo da inflação e separar as variações de preços que são sazonais (SINGER, 2015). Entre 2012 e 2014 ocorreu uma seca no país e por isso ocorreu de fato uma alta na inflação, por consequências sazonais, mas nada comparado ao passado de hiperinflação.

Em meio à crise econômica, política e institucional, ocorreu a redução das exportações, uma vez que os países que importavam do Brasil foram se voltando para a indústria interna, como a China, queda das commodities, aumento do desemprego, redução de renda da população, desindustrialização e a falta de investimentos em setores estratégicos. Ainda assim, o rendimento médio do trabalhador aumentou em ritmo constante ao longo de 2013, com queda apenas no final do ano, e já dando sinais de recuperação no início de 2014,

onde oscilou entre R\$ 2.326 em sua média mais baixa e R\$ 2.357 em sua média mais alta. Os anos de 2013 e 2014 foram também os anos que se aproximaram do pleno emprego, com taxas baixas de desocupação (IBGE, Diversos anos). Entre janeiro de 2012 e março de 2015 a taxa de desocupação no Brasil não ultrapassava 8% (IBGE, Diversos anos).

Em 2014, no final do ano Dilma é reeleita com pequena margem, em virtude da baixa taxa de desemprego durante seu governo, mas ainda com baixa popularidade entre as classes da burguesia. Em 2015, Dilma recua em suas ações e passa a tomar medidas de austeridade na intenção fracassada de recuperar o apoio dos empresários, e anuncia Joaquim Levy para ministro da Fazenda, descumprindo algumas das promessas que fez em campanha, com a justificativa da necessidade de se enfrentar a crise mundial e a seca no país com outros métodos (SINGER, 2015). A geração do pleno emprego e que não conviveu com as altas da inflação nos anos 1980 e 1990 desaprova o governo de Dilma e citou críticas principalmente sobre o caso da corrupção da Petrobras, mudanças nas regras de aposentadoria e em alterações no acesso ao seguro desemprego, segundo pesquisa elaborada pela Confederação Nacional da Indústria e IBOPE⁶. Em estudo feito pelo IBGE a taxa de desemprego nas regiões metropolitanas de Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo no final de 2014 era de 4,8%, sendo a menor taxa desde 2003⁷.

O rendimento médio começou seu declínio no início de 2015, retomando crescimento constante somente no trimestre encerrado em agosto de 2017, ainda que não tenha alcançado as médias anteriores ao ano de 2015. Apenas no final do ano de 2018 e no final do ano de 2019 que o rendimento médio aumenta, diminuindo novamente ao longo do ano (IBGE, Diversos anos). Uma hipótese a ser levantada para explicar o motivo dessas altas apenas no final do ano é o aumento da demanda no setor de comércio, através de contratos temporários.

A partir de 2015, no segundo mandato de Dilma a taxa de desocupação começa a aumentar, chegando em 11,2% no trimestre encerrado em maio de 2016 na pesquisa trimestral (IBGE, Diversos anos). Ainda em 2015, foram elaboradas medidas de ajustes fiscais com o objetivo de controlar os gastos públicos, que foram desaprovadas por diversos segmentos da sociedade. A recessão contraiu a expansão dos salários e a inflação de serviços, por isso nesse cenário, a inflação mais baixa e a taxa de juros em queda evidenciavam um quadro de crescimento do desemprego e dos impactos da crise econômica que assolou o país

⁶ Geração que viveu pleno emprego derruba a aprovação de Dilma. El País. 01 jul. 2015. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/07/01/politica/1435762703_020877.html.

⁷ Brasil encerra 2014 com a menor taxa de desemprego já registrada. Jornal da Globo. 29 jan. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-da-globo/noticia/2015/01/brasil-encerra-2014-com-menor-taxa-de-desemprego-ja-registrada.html>.

(CARVALHO, 2018) O governo de Dilma ficou insustentável por falta de apoio do empresariado que lhe virou às costas e pela forte pressão por parte do congresso, mídia e burguesia para sua saída.

Alguns autores afirmam que a rejeição de Dilma ocorreu devido à união entre burguesia interna e capital internacional, ambos com interesses conflitantes, mas que viram uma oportunidade em comum com a união momentânea (BOITO JR, 2017). Isso porque, em um primeiro momento o capital produtivo nacional teve benefícios com a política neodesenvolvimentista de Dilma, e a intervenção estatal para promover a competitividade destes com a indústria estrangeira, mas ao longo dos anos, foi gradualmente cambiando seus interesses em favor de interesses rentistas e na busca por flexibilização da CLT (BOITO JR, 2017), desejo que não parecia ser viável enquanto um governo com a tradição do Partido dos Trabalhadores estivesse no poder. Segundo Boito Jr (2017) e Mammarella; et al (2015) nem Lula, nem Dilma romperam com o modelo neoliberal, mas tentaram criar algum tipo de equilíbrio na intensa desigualdade social enfrentada pelo país.

Outra questão muito pertinente é a inflação de serviços, levantada por Carvalho (2018), que incomodou parcela da classe média. O crescimento dos setores da construção civil, que será retratado no próximo tópico, e dos trabalhadores do secundário na RMPA demonstraram que isso promoveu a inclusão de trabalhadores menos qualificados e elevou seu poder de barganha na negociação de preços dos serviços prestados.

Para Carvalho (2018) constatou que os serviços que mais cresceram foram os que dependiam principalmente de mão de obra e não sofriam concorrência externa, e por isso podiam repassar aumentos dos preços sem receio de perder a competitividade. Segundo a autora, os preços desses serviços (restaurantes, lavanderias, salões de beleza, etc.) cresceram acima dos preços que compõem o IPCA. Esse tipo de inflação, que é oriunda do crescimento dos salários destes prestadores de serviços causou incômodo aos trabalhadores que não obtiveram crescimento em seus salários, mas viram a alta no valor da remuneração das diaristas, dos cabeleireiros e dos profissionais da construção civil (CARVALHO, 2018).

As políticas econômicas praticadas no governo de Lula e Dilma beneficiaram principalmente a base e o topo da pirâmide, e a inflação de serviços causada pela expansão do emprego e valorização dos salários afetou os trabalhadores da chamada classe média, que se juntou aos rentistas, empresários e industriais pedindo a saída de Dilma.

Em 2016 ocorreu o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, e com isso, foi imposta uma nova agenda de governo, com medidas de austeridade severas após a posse de

seu vice, Michel Temer. A queda da atividade econômica, restrição fiscal e a alta do desemprego marcaram o período. A proposta de emenda constitucional (PEC) do teto dos gastos públicos foi aprovada e neste mesmo ano o governo apresentou as reformas da previdência e trabalhista. Medidas favoráveis ao mercado rentista, flexibilização das leis trabalhistas e uma série de medidas que beneficiaram os que estavam descontentes com a ascensão de classes populares, a diminuição dos rendimentos nos investimentos, a falta de mão de obra barata e disponível, e a diminuição das distâncias sociais: Os rentistas, os industriais e parcela de uma classe média alienada pela grande mídia.

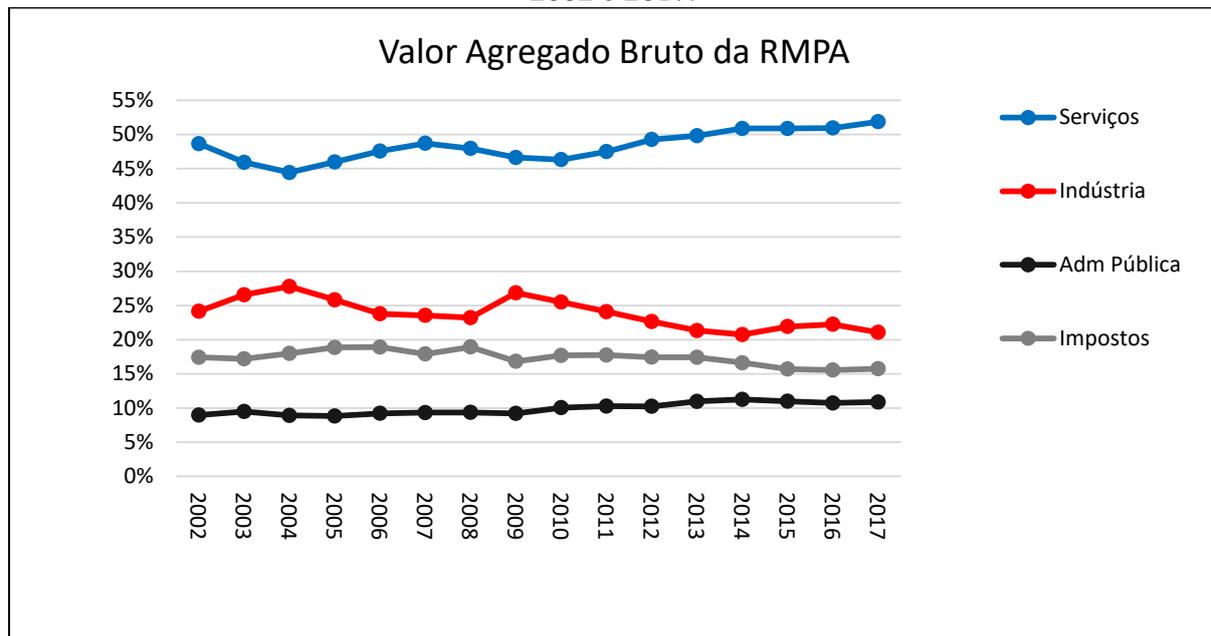
Mesmo após o afastamento de Dilma e posse de Michel Temer a taxa de desocupação continuou disparando até alcançar a marca de 13,7% em março de 2017. Com Bolsonaro, as taxas oscilaram no seu primeiro ano de governo entre 12,7 e 11%. Ou seja, se as políticas adotadas por Dilma no seu segundo mandato não eram efetivas, as políticas adotadas a partir de 2016, com a justificativa de geração de empregos parecem também não terem surtido o efeito desejado pela sociedade (IBGE, Diversos anos).

Perfil dos trabalhadores do secundário e terciário na Região Metropolitana de Porto Alegre

Atualmente a Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) é composta por 34 municípios, somando mais de 4 milhões de habitantes (RIO GRANDE DO SUL, 2020) com PIB de quase R\$ 200 bilhões (equivale a mais de 40% de todo o PIB estadual) (FEE, Diversos anos). A Figura 3 apresenta a contribuição relativa de cada setor para o PIB da RMPA. O Valor Agregado Bruto (VAB) dos serviços mostra aumento na contribuição do PIB nos anos de 2007 (49%), diminuição da contribuição entre 2008 e 2010, retomando em 2012 a metade da contribuição no PIB. Já a indústria teve maior contribuição relativa em 2004 e 2009, e menor contribuição em 2014.

A metodologia das Categorias Sócio-Ocupacionais do Observatório das Metrôpoles classifica as pessoas ocupadas no setor secundário na Categoria dos Trabalhadores do Secundário, que é dividida em quatro subcategorias. Já as pessoas ocupadas no setor terciário são divididas em duas categorias: Categorias dos Trabalhadores do Terciário Especializado e Categoria dos Trabalhadores do Terciário Não-Especializado.

Figura 3- Valor Agregado Bruto da Região Metropolitana de Porto Alegre entre os anos de 2002 e 2017.



Fonte: Fundação de Economia e Estatística (Diversos anos).

Conforme Ribeiro e Lago (2000), fazem parte da indústria moderna: os trabalhadores da metalúrgica, mecânica, elétrica, química, produção de petróleo e farmacêutica, e outras que exijam maior qualificação. Fazem parte da indústria tradicional: os trabalhadores dos demais ramos do setor industrial. Fazem parte do grupo de operários de serviços auxiliares: os trabalhadores do setor de transportes, comunicação e serviços auxiliares. E por fim, os operários da construção civil, que engloba os trabalhadores ligados ao setor da construção civil, como mestres de obra, pedreiros, pintores, serventes, etc. Já a categoria de trabalhadores do terciário foi dividida em dois grupos pelos autores. O primeiro grupo corresponde aos trabalhadores do comércio, correspondendo às ocupações ligadas ao comércio, como vendedores, operadores de caixas, praticistas, etc. A segunda classe corresponde aos prestadores de serviço especializado, cuja atividade necessita de conhecimento de uma técnica específica como por exemplo mecânicos, cabeleireiros, etc. (RIBEIRO; LAGO, 2000).

Pôde-se observar ao longo desses cinco anos que as duas classes relacionadas aos serviços obtiveram aumento da contribuição ao longo dos anos e a classe de trabalhadores do setor secundário perdeu participação relativa ao longo dos anos, concentrando 25% de trabalhadores no ano de 2012 e decrescendo até a proporção de 20% no ano de 2017. Entre 2012 e 2017 a taxa de crescimento dos trabalhadores do secundário foi negativa (-16%) ao passo que os trabalhadores do terciário especializado cresceram em uma taxa de 10%.

Trabalhadores do secundário

A Tabela 1 apresenta a distribuição dos Trabalhadores do Secundário por subcategorias na RMPA. O grupo dos Operários da Construção Civil concentrou maior proporção em todos os anos analisados, principalmente em 2014 e 2016. O grupo com menor proporção de trabalhadores corresponde ao do setor da indústria moderna.

Tabela 1- Distribuição dos trabalhadores do secundário por subcategorias na RMPA.

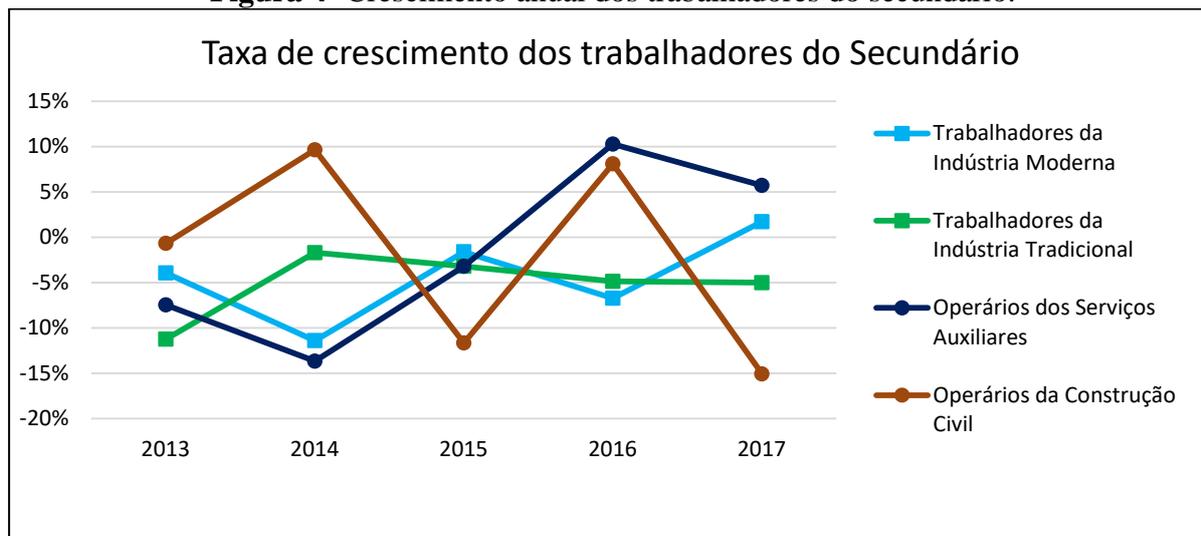
Trabalhadores do Secundário	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Trabalhadores da Indústria Moderna	23	23	21	22	20	22
Trabalhadores da Indústria Tradicional	26	24	25	25	24	23
Operários dos Serviços Auxiliares	24	23	21	22	23	26
Operários da Construção Civil	28	29	33	31	33	29
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: IBGE, diversos anos.

A Figura 4 mostra a taxa de crescimento anual de cada grupo. Podemos observar o crescimento negativo até 2016. Mesmo com a recuperação da taxa em 2017, o número absoluto de trabalhadores não superou a quantidade de empregados no setor no ano de 2012 (Em 2012 haviam cerca de 112.000 trabalhadores e no ano de 2017 apenas 89.000 trabalhadores). Os Trabalhadores da Indústria Tradicional apresentaram taxa de crescimento negativa em todos os anos analisados, iniciando 2012 com cerca de 127.000 trabalhadores e encerrando 2017 com cerca de 97.000 trabalhadores. Os Operários dos Serviços Auxiliares também apresentaram queda, com retomada de crescimento apenas em 2016. A categoria que obteve maior oscilação foi a dos Operários da Construção Civil, que intercalou taxas positivas e negativas ao longo dos cinco anos analisados, com crescimento apenas em 2014 e 2016.

Entre os anos de 2012 e 2017 ocorreu queda na quantidade de trabalhadores em todas as subcategorias. As mais afetadas pela queda no número de empregados foram os grupos dos Trabalhadores da Indústria Tradicional (-24%), seguido da categoria dos Trabalhadores da Indústria Moderna (-21%), Operários da Construção Civil (-12%) e Operários dos Serviços Auxiliares (-10%).

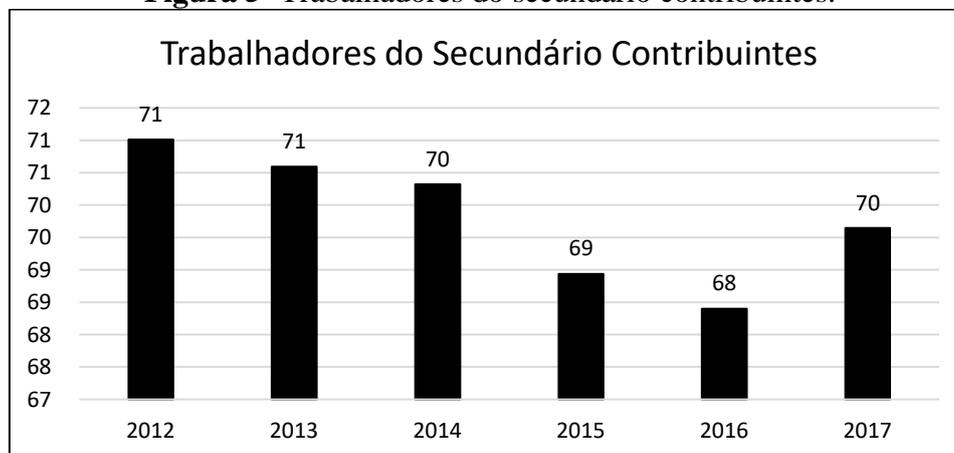
Figura 4- Crescimento anual dos trabalhadores do secundário.



Fonte: IBGE, diversos anos.

A maioria dos trabalhadores desta categoria possuía baixa escolaridade (Ensino fundamental incompleto). Cerca de 50% dos trabalhadores do secundário estudaram até o ensino fundamental e cerca de 30% possuem ensino médio completo. Atuam em sua maioria (mais de 50%) no setor privado com carteira de trabalho assinada e cerca de 30% por conta-própria em todos os anos estudados (RAMOS, 2019). Atuavam em sua maioria (mais de 50%) no setor privado com carteira de trabalho assinada e cerca de 30% por conta-própria em todos os anos estudados. Quase 60% dos trabalhadores possuíam carteira assinada no setor privado nos anos de 2012 e 2014. A maior proporção de trabalhadores no setor privado sem carteira assinada ocorreu em 2014 (14%) e a menor proporção ocorreu em 2017 (10%). A Figura 5 apresenta dados de seguridade social. É visível a diminuição de pessoas contribuintes em 2015 e 2016.

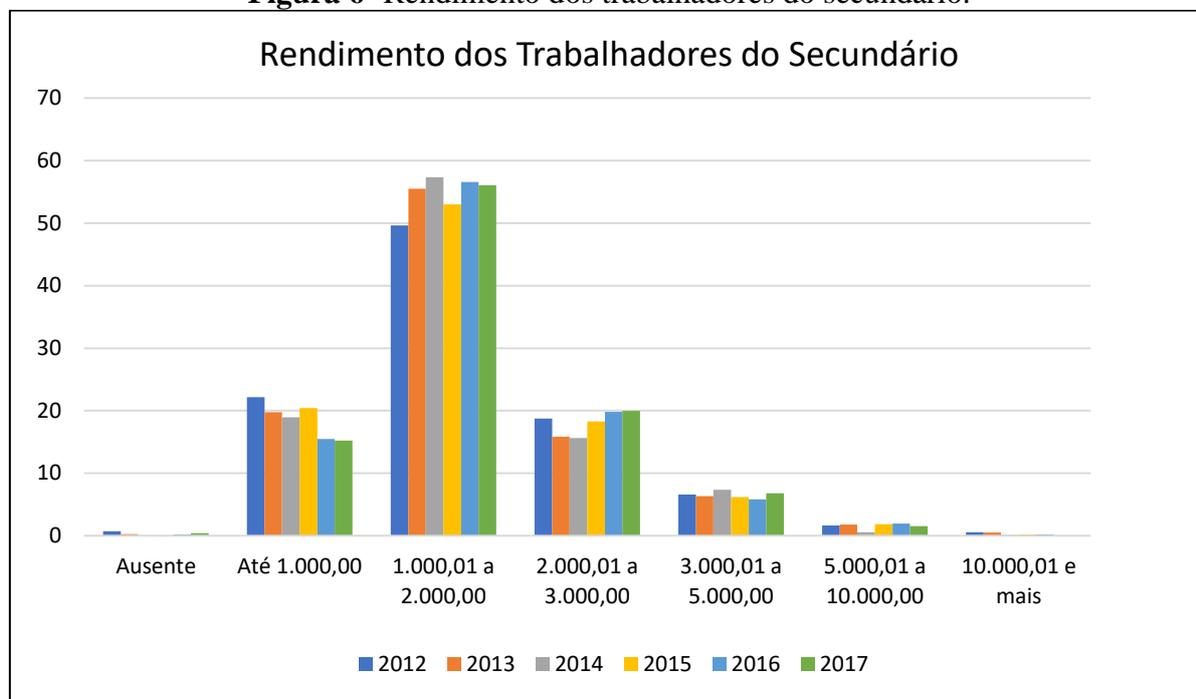
Figura 5- Trabalhadores do secundário contribuintes.



Fonte: IBGE, Diversos anos.

Os rendimentos estão concentrados nas faixas de R\$1.000 a R\$2.000. Os trabalhadores que recebem até R\$1.000 eram em maioria da indústria tradicional (Figura 6).

Figura 6- Rendimento dos trabalhadores do secundário.



Fonte: IBGE, diversos anos.

Os que recebiam entre R\$1.000 e R\$2.000 eram em maioria da construção civil. Já os que recebem de R\$2.000 a R\$3.000 são operários dos serviços auxiliares em sua maioria. Em 2012 as maiores remunerações (acima de 5 mil) eram ocupadas em sua maioria por operários de serviços auxiliares e operários da construção civil. No ano de 2014 apenas duas subcategorias recebiam nas faixas de rendimento superiores a R\$5.000: 2% dos operários da construção civil ganhavam entre R\$5.000 e R\$10.000, e apenas 0,5% da categoria de Operários de Serviços Auxiliares recebiam mais de R\$10.000.

Em 2015 e 2016 cerca de 0,8% dos trabalhadores da indústria moderna recebiam mais de R\$10.000. As demais subcategorias não figuraram nesta maior faixa de rendimento nestes dois anos. E no ano de 2017 nenhum trabalhador figurava na faixa de rendimento maior que R\$10.000.

Trabalhadores do terciário especializado

Esta categoria é formada em sua maioria por Trabalhadores do Comércio (Tabela 2) e apresentou pequenas variações ao longo dos anos. A maior concentração de Prestadores de Serviços Especializados ocorreu em 2015 e 2017.

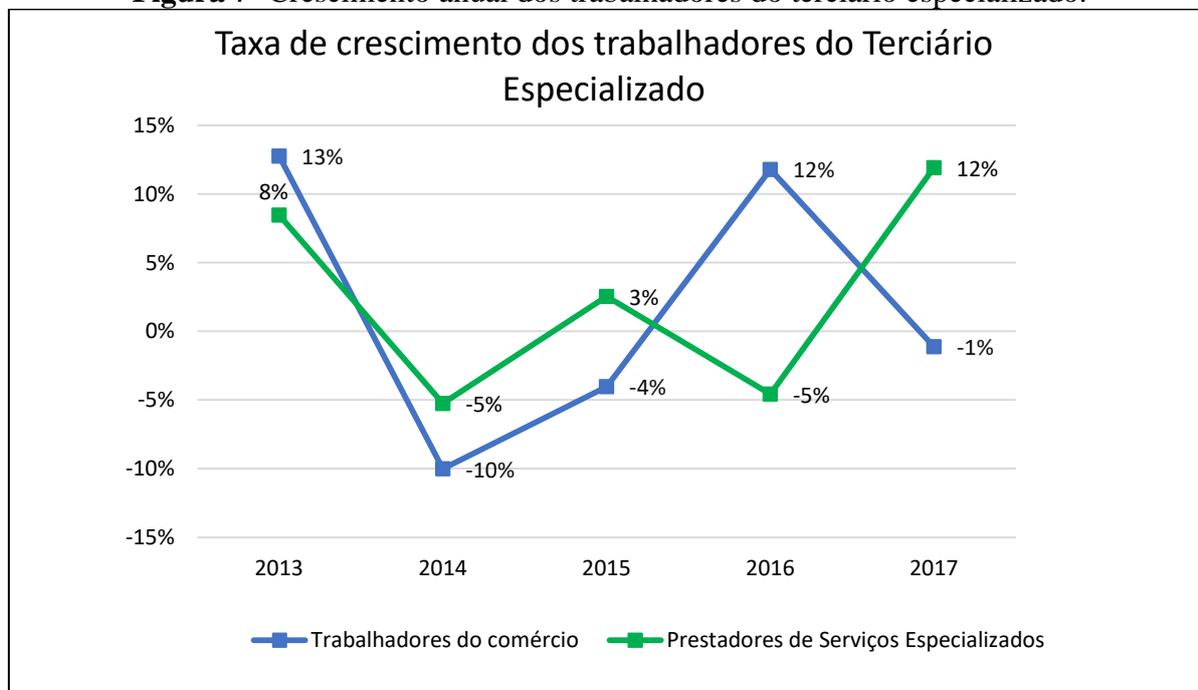
Tabela 2- Distribuição dos trabalhadores do terciário especializado por subcategorias na RMPA.

Trabalhadores do Terciário Especializado	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Trabalhadores do Comércio	53	54	53	51	55	52
Prestadores de Serviços Especializados	47	46	47	49	45	48
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: IBGE, diversos anos.

Entre 2012 e 2017 o número de Prestadores de Serviços Especializados cresceu em 13%, enquanto os Trabalhadores do Comércio aumentaram em 8%. Na Figura 7 podemos observar que as duas subcategorias seguem tendência similar até o ano de 2016, quando o número de Trabalhadores do Comércio cresce em 12% e o número de Prestadores de Serviços Especializados sofre queda de -5%. No ano de 2017 ocorre o contrário.

Figura 7- Crescimento anual dos trabalhadores do terciário especializado.



Fonte: IBGE, diversos anos.

A maioria dos trabalhadores desta categoria possuía até o ensino médio completo. Cerca de 40% dos trabalhadores desta categoria possuíam ensino médio completo ao longo dos anos. A população ocupada com ensino superior completo está concentrada no grupo dos trabalhadores do comércio (cerca de 5% até o ano de 2016). No ano de 2017 a concentração de trabalhadores do Terciário Especializado com ensino superior completo aumentou para 9% (RAMOS, 2019).

Entre 2012 e 2014 cerca de 60% dos trabalhadores possuíam carteira de trabalho assinada no setor privado. A partir de 2015 a proporção passa para 56% e depois passa para 53% em 2017. Foi observado também um aumento no número de trabalhadores por conta-própria. Em 2012 somavam 20%, em 2014 ocorreu um salto para 29% e em 2017 eram 33%. Observamos também a diminuição de trabalhadores que atuavam no setor privado sem carteira de trabalho assinada. Em 2012 eram 14% e em 2014 apenas 9%. Essa proporção de trabalhadores sem carteira de trabalho assinada aumentou em 3% nos anos 2015 e 2016, voltando a apresentar queda em 2017 (10%).

O número de contribuintes apresentou uma leve queda entre 2012 e 2013. A partir de 2014 essa proporção diminuiu em 3% (de 77% para 74%) e tem uma nova queda em 2017. A maioria dos contribuintes eram trabalhadores do comércio.

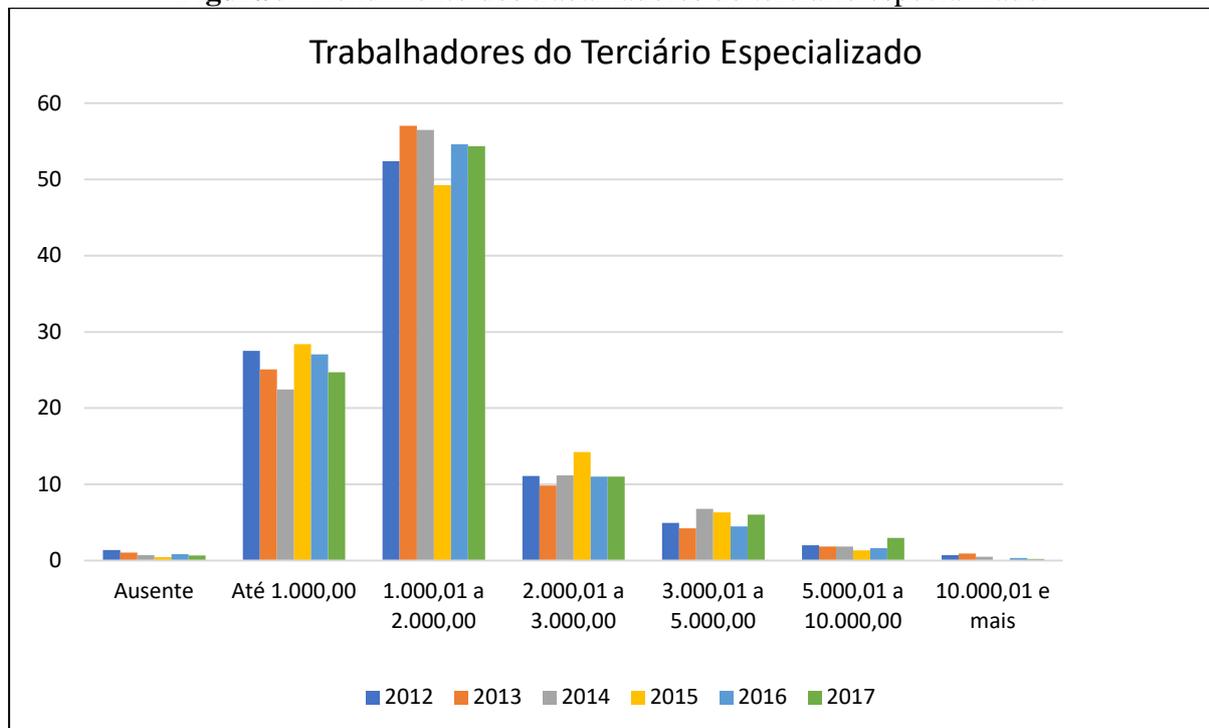
Figura 8- Trabalhadores do terciário especializado contribuintes.



Fonte: IBGE, diversos anos.

O rendimento da maioria dos trabalhadores do terciário concentrou-se na faixa de até R\$2.000, e não houve variação considerável entre as subcategorias dos Trabalhadores do Comércio e dos Prestadores de Serviços. As faixas de rendimento de até R\$2.000 são preenchidas em sua maioria pelos Trabalhadores do Comércio.

Figura 9- Rendimento dos trabalhadores do terciário especializado.



Fonte: IBGE, diversos anos.

Em 2012 e 2013 as faixas de R\$5.000 ou mais tinham maior proporção de trabalhadores do comércio. Em 2014 ocorre uma mudança e os prestadores de serviços passam a ocupar em maioria os rendimentos maiores que R\$5.000. Em 2015 nenhuma das subcategorias recebeu rendimentos na faixa de R\$10.000 ou mais. As faixas de rendimento de R\$5.000 ou mais eram preenchidas em sua maioria por prestadores de serviços em 2016. Por fim, em 2017, não foi registrado nenhum trabalhador do comércio com rendimento maior que R\$10.000, ainda que a maioria dos trabalhadores do comércio tenham registrado maior rendimento que os prestadores de serviços nas outras faixas de rendimento. E apenas 0,5% dos prestadores de serviços recebiam mais de R\$10.000 em 2017.

Considerações finais

Com base na análise de diversos teóricos sobre a conjuntura política e econômica nacional, pode-se perceber que os dados da RMPA sobre os trabalhadores do secundário e do terciário especializado comportaram-se com a tendência esperada frente às interpretações sobre o cenário do país ao longo dos anos de 2012 e 2017. Constatamos o aumento na participação dos serviços no PIB e a diminuição da participação da indústria (CARVALHO, 2018). Observamos o aumento dos prestadores de serviços entre 2012 e 2017 (13%), o crescimento dos trabalhadores da construção civil em detrimento dos outros setores relacionados a indústria tradicional e moderna da categoria do secundário. Na mesma direção que Carvalho (2018) constatou, o crescimento ocorreu nas categorias em que a mão de obra era menos qualificada, quando comparada aos setores tecnológicos, por exemplo.

O projeto de reindustrialização de Dilma durou até 2013, enquanto os industriais se beneficiavam das políticas de incentivo. O ativismo estatal foi utilizado e aceito pelos industriais enquanto essas políticas eram lucrativas. A partir do momento que eles se identificaram também como investidores de grande volume de capital e sentiram necessidade de obter mais lucros através da exploração do trabalhador, o discurso mudou.

Boito Jr (2017) afirma que a crise política que se configurou foi fruto da ofensiva neoliberal ortodoxa com o objetivo de restaurar a sua ordem política e econômica novamente. Isso porque, mesmo com os últimos governos que mantiveram modelo neoliberal, os ganhos sociais das camadas populares foram interpretados como uma ameaça ao poder das elites. Há um consenso entre os autores de que a crise não teve origem popular (BOITO JR, 2017, CARVALHO, 2018, SINGER, 2015, SOUZA, 2019). Acreditamos na hipótese de que a inflação de serviços e o poder de negociar preços e remunerações também tenha feito parcela da população que se considera classe média aderir ao movimento de oposição (CARVALHO, 2018). E outro fator pode ter sido a necessidade de manter a distância social com relação aos mais pobres (SOUZA, 2019), mesmo que para isso eles também obtivessem certas perdas.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Brasil (CNPq).

Referências

ASSIS, Luís Eduardo. Economia e Finanças. *In*: PINSKY, Jaime; CLAUDIA COSTIN (org.). **Brasil: o futuro que queremos**. São Paulo: Contexto, 2018. *E-book*.

BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. BNDES. **Relatório BNDES**. Rio de Janeiro: Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social, Diversos anos. Disponível em: <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/conhecimento/publicacoes/relatorios>>. Acesso em: 6 jan. 2020.

BCB DEPEC. BANCO CENTRAL DO BRASIL/DEPARTAMENTO ECONÔMICO. **SGS - Sistema Gerenciador de Séries Temporais**. [S. l.: s. n.]. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>. Acesso em: 10 mar. 2020.

BOITO JR, Armando. A CRISE POLÍTICA DO NEODESENVOLVIMENTISMO E A INSTABILIDADE DA DEMOCRACIA. **Revista Lumen - ISSN: 2447-8717**, [S. l.], v. 2, n. 3, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.32459/revistalumen.v2i3.45>. Acesso em: 8 mar. 2020.

CARVALHO, Laura. **Valsa brasileira: do boom ao caos econômico**. São Paulo: Editora Todavia SA, 2018. *E-book*.

FEDOZZI, Luciano Joel; SOARES, Paulo Roberto Rodrigues. Considerações finais: Transformações na Metrópole Meridional do Brasil - 1980/2010. *In*: SOARES, Paulo Roberto Rodrigues; FEDOZZI, Luciano Joel (org.). **Porto Alegre: transformações na ordem urbana**. Porto Alegre: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2015. (Estudos Comparativos).p. 345–364. *E-book*.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA/NÚCLEO DE CONTABILIDADE SOCIAL. **DEEDADOS**. Porto Alegre: Departamento de Economia e Estatística (DEE), Diversos anos. Disponível em: <http://feedados.fee.tche.br>. Acesso em: 9 jan. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Microdados trimestrais**. Rio de Janeiro: [s. n.], Diversos anos. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=o-que-e>>. Acesso em: 8 jan. 2020.

LACERDA, Antonio Corrêa de. Política Econômica. *In*: PINSKY, Jaime; CLAUDIA COSTIN (org.). **Brasil: o futuro que queremos**. São Paulo: Contexto, 2018. *E-book*.

MAMMARELLA, Rosetta; ET AL. Estrutura Social e Organização Social do Território: Região Metropolitana de Porto Alegre – 1980-2010. *In*: FEDOZZI, Luciano Joel; SOARES, Paulo Roberto Rodrigues (org.). **Porto Alegre: transformações na ordem urbana**. Porto Alegre: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2015. (Estudos Comparativos).p. 133–184. *E-book*.

PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO 2. PAC. 10º **Balço PAC 2**. Brasília: Ministério do Planejamento, 2014. 208 p. Disponível em: <<http://pac.gov.br/pub/up/relatorio/39402f62fbbfea9c5c6325040fdf6954.pdf>>

RAMOS, Bianca Reis. **Transformações recentes da Estrutura Social das Metr6poles Brasileiras – Relatório RMPA**: Texto para Discussão. Rio de Janeiro: INCT Observat6rio das Metr6poles, 2019.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; LAGO, Luciana Corr6a do. O espao social das grandes metr6poles brasileiras: S6o Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [S. l.], n. 3, p. 111, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2000n3p111>

RIBEIRO, Luiz C6sar de Queiroz; RIBEIRO, Marcelo Gomes; COSTA, Lygia. Estrutura Social no Brasil Metropolitano. In: RIBEIRO, Marcelo Gomes; COSTA, Lygia Gonqalves; RIBEIRO, Luiz C6sar de Queiroz (org.). **Estrutura social das metr6poles brasileiras: an6lise da primeira d6cada do s6culo XXI**. Rio de Janeiro: LETRA CAPITAL, 2013. (Metr6poles).p. 18–40. *E-book*.

RIO GRANDE DO SUL. **Atlas Socioecon6mico do Rio Grande do Sul**. [S. l.: s. n.]. Disponível em: <http://www.scp.rs.gov.br/atlas/conteudo.asp?cod_menu_filho=807&cod_menu=805&tipo_menu=POPULA&cod_conteudo=1398>. Acesso em: 9 jan. 2020.

SINGER, Andr6. Cutucando onqas com varas curtas: O ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). **Novos Estudos CEBRAP**, [S. l.], 102, p. 39–67, 2015.

SOUZA, Jess6. **A elite do atraso: da escravid6o a Bolsonaro**. Rio de Janeiro: Estaq6o Brasil, 2019. *E-book*.

Artigo recebido em 25-03-2020

Artigo aceito para publica66o em 13-01-2021